



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Schneider, Omar; Bruschi, Marcela; dos Santos, Wagner; Ferreira Neto, Amarílio
A Revista de Educação no governo João Punaro Bley e a escolarização da Educação
Física no Espírito Santo (1934-1937)
Revista Brasileira de História de Educação, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 43-68
Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161042007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Revista de Educação no governo João Punaro Bley e a escolarização da Educação Física no Espírito Santo (1934-1937)¹

Omar Schneider*

Marcela Bruschi**

Wagner dos Santos***

Amarílio Ferreira Neto****

Resumo:

O estudo analisa o processo de circulação dos padrões pedagógicos, na década de 1930, que dão forma a uma nova cultura escolar em terras capixabas. Utiliza como fonte a Revista de Educação, impresso produzido na cidade de Vitória, entre 1934 e 1937, como meio de externar a política educacional do interventor federal João Punaro Bley. Opera com o conceito de lutas de representação (CHARTIER, 1990) para analisar o investimento, que é feito naquele período, para a constituição da Educação Física como disciplina escolar. Constata que, na reforma de Bley, à Educação Física é dada bastante evidência, pois tinha como objetivo proporcionar o fortalecimento da juventude e capacitá-la para a industrialização que se esperava desenvolver em solo capixaba.

Palavras-chave:

Espírito Santo; Revista de Educação; História da Educação Física; Educação sanitária.

1 A pesquisa faz parte da investigação *História e memória da educação física e do esporte no Espírito Santo: autores, atores e instituições (1931-1961)*, com bolsa Pibic/Ufes e financiamento do CNPq e FAPES, que está em desenvolvimento no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo.

* Professor do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (Proteoria).

** Aluna da Pós-graduação em Educação Física da UFES e membro do Proteoria.

*** Professor do CEFD/UFES e membro do Proteoria.

**** Professor do CEFD/UFES e membro do Proteoria.

The *Revista de Educação* in João Punaro Bley's government and the Physical Education schooling in the state of Espírito Santo, Brazil (1934-1937)

Omar Schneider

Marcela Bruschi

Wagner dos Santos

Amarílio Ferreira Neto

Abstract:

In this study, we analyze the circulation process of pedagogical patterns in the thirties, which mold a new school culture in the lands of Espírito Santo state. The “*Revista de Educação*” (Journal of Education) was our main research source, a print produced in the city of Vitória within 1934 and 1937 as a way to externalize the educational policy of federal intervenor João Punaro Bley. It deals with the concept of struggles of representation (CHARTIER, 1990) in order to analyze the investment made in that period for the constitution of Physical Education as a school subject. The research indicates that, in Bley's reform, great emphasis was given to Physical Education, once it aimed to provide the fortification of the youth and make young people of that time capable for the expected industrialization to be developed in the state of Espírito Santo.

Keywords:

Espírito Santo state; Revista de Educação; physical education history; sanitary education.

Introdução

A Revista de Educação (do Espírito Santo) (REES)² foi um periódico publicado pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Educação do Estado do Espírito Santo, confeccionada, conforme os editores, para divulgação dos métodos contemporâneos de ensino ao professorado capixaba, entre 1934 e 1937, na cidade de Vitória. A maior parte dos artigos foi escrita por autores locais, como professores, médicos e inspetores de ensino. Desse modo, procura-se analisar a circularidade da pedagogia moderna no Espírito Santo, observando como foi apropriada e transformada no processo de constituição dos padrões pedagógicos na década de 1930, em terras capixabas, por atores sociais estrategicamente posicionados no campo político-educacional. Busca-se reconstituir as situações-problema com as quais se defrontaram os atores sociais empenhados em constituir uma teoria para a Educação Física nas décadas iniciais do século XX, no Espírito Santo, sejam eles professores, escritores, editores, políticos, intelectuais (civis ou militares); os repertórios de modelos culturais a que tiveram acesso; e os recursos (individuais e sociais, intelectuais e materiais) com que puderam contar na *apropriação* e *usos* (CERTEAU, 1994) que fizeram dos saberes em circulação.

A análise da imprensa periódica especializada revela as representações políticas, sociais e culturais e, ainda, os sentidos e significados dessas representações na construção de um sistema educacional e das normas e práticas escolares. Trata-se de uma pesquisa no âmbito da história da Educação Física, que utiliza as proposições de Chartier (1990) para compreender a escolarização da Educação Física, por meio da REES, em sua materialidade de objeto cultural, que guarda as marcas de sua produção, seus destinatários prescritos e suas prescrições de usos³. O *corpus* documental do estudo é o conjunto de textos veiculados na REES que buscaram tratar da Educação Física, assim como os discursos que davam suporte a essa disciplina, relativos à *ginástica*, *ao esporte*, *à higiene* e *à saúde*.

2 Até o momento, foram localizadas 27 revistas (1, 2, 3, 6, 7-8, 9, publicadas no ano de 1934. Os números 10-11, 12, 13, 14, 15-16, 17-18-19 foram lançados no ano de 1935. Os impressos de número 22, 23-24, 25-26-27-28, editados no ano de 1936, e as REES de número 29, 30-31, distribuídas no ano de 1937, encontram-se em diferentes acervos da grande Vitória).

3 Conforme Carvalho (2003, p. 271-272), o estudo de impressos faz-se relevante na construção de uma história cultural dos saberes pedagógicos, pois analisa os “[...] processos de produção, circulação, imposição e apropriação desses saberes [...]”.

A análise de um periódico possibilita uma aproximação das peculiaridades da realidade de sua época, bem como o estudo de seus usos, de práticas que dele se apoderaram, de suas condições de produção e circulação, identificando concepções e aspectos das representações de um dado momento histórico. Os periódicos especializados, de acordo com Nóvoa (1997, p. 6), constituem-se como “[...] o melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo [...]”.

Analisa-se a imprensa periódica para compreender as propostas de ensino da Educação Física pelos editores da REES, na veiculação de modelos pedagógicos, na produção de estratégias editoriais de circulação de autores, de temas e prescrições educacionais na década de 1930, para a Educação Física e a sua escolarização.

Por meio da imprensa educacional capixaba, procura-se perceber a circulação de autores nas REES que tratavam da temática da Educação Física como disciplina escolar e, também, compreender a função desempenhada pelos editores na conformação de um projeto de escolarização para a Educação Física no Espírito Santo.

Qual o papel do impresso na organização da sociedade e o que significa na produção do conhecimento? Para Darnton, a palavra *imprensa* é tratada apenas como um registro do que aconteceu e não como um dos agentes do acontecimento. Mais do que veicular informações, a imprensa ajuda a dar forma ao que por ela é registrado (DARNTON, 1996). A imprensa periódica é uma força que não deve ser desconsiderada na constituição de uma dada realidade, pois possui condições de moldar “os olhares”, uma vez que interpreta para o leitor o “acontecido”.

Para produzir os efeitos esperados, a imprensa utiliza uma linguagem que pode ser exagerada, sensacionalista, “fundamentada” na “imparcialidade” ou na militância. Uma característica que não deve ser creditada à imprensa é a neutralidade (SCHNEIDER, 2007). O impresso coloca-se na condição de intermediário da sociedade, ou seja, por meio dele, busca-se forjar a opinião pública, pois os editores consideram que “[...] o público se orienta, quase sempre decide e raciocina não pelas coisas em si, mas pela feição que lhes damos, pelos sinais que a mídia lhes atribui” (BAHIA, 1990, p. 11). Darnton (1996) afirma que a luta pelo poder é antes de tudo a luta pela opinião pública, pela adesão de uma comunidade de leitores às ideias que são tornadas públicas por um grupo de editores.

De acordo com Nunes, essa investida prioriza o exame dos objetos investigados, utilizando como referência a cultura, o que remete o pesquisador ao tratamento do objeto pela sua materialidade. O deslocamento que é produzido faz com que se rompa a “[...] cristalização das matrizes interpretativas” (NUNES, 1992, p. 152), o que, segundo a autora, permite que se produzam *novas abordagens de velhos objetos*.

Nunes e Carvalho (1993, p. 44) esclarecem: “[...] ‘velhos’ objetos tornam-se [...] ‘novos’, porque são apanhados numa perspectiva que realça sua materialidade de dispositivos, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados”⁴. A metodologia, amparada pela história cultural, apresenta-se como a possibilidade de “[...] uma arqueologia dos objetos [...], [procurando] apanhá-los na sua forma, sua frequência, seu dispositivo [e] sua estrutura” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 45). Projetar o objeto em termos de uma *arqueologia* implica tratar os documentos a serem analisados como objetos culturais que guardam as marcas de sua produção e de seus usos, que, a cada camada analisada, revela fatos relativos a seus produtores, lugares e modos de produção.

De material bruto, cabe ao pesquisador transformá-lo em material refinado, obtendo as informações necessárias para a construção da história, ou seja,

[O pesquisador] Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história). (CERTEAU, 1982, p. 72).

4 O começo de toda pesquisa se dá na escolha do objeto de estudo, transformando algo relativo a esse objeto em fonte. O pesquisador precisa caminhar por espaços específicos, como arquivos, bibliotecas e outros, construindo relações e transformando documentos em acervos apropriados na sua exploração para a prática da pesquisa. É preciso, como salienta Ginzburg (2002, p. 114), ampliar “[...] a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos [...]. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente, narrados”.

Certeau (1982, p. 99) aponta que a escrita da história é indissociável da subjetividade do historiador, pois “[...] o acontecimento é aquele que *recorta*, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que *preenche* para que haja enunciados de sentido”. Desse modo, o historiador recorta e faz usos daquilo que é significativo para ele, pois, “[...] queira-se ou não, o pesquisador seleciona fatos, escolhe ou define conceitos, interpreta seus resultados, etc.; em suma, ele constrói, de sua parte, seu objeto *tecnicamente e teoricamente*” (PIRES, 2010, p. 60). Com sua forma particular de transformar vestígios em conhecimento, acaba realizando sua leitura da história.

A Revista de Educação: atores e editores na configuração do impresso

A produção do impresso, segundo seus editores, foi destinada à divulgação dos métodos e processos contemporâneos de ensino para o professorado capixaba. Conforme Ribeiro (1934a, p. 1), ela seria “[...] a Revista do professorado, pelo professor e para o professor”. Seus temas eram propostos como forma de apresentar aos leitores o movimento renovador do processo de ensino-aprendizagem, denominado de pedagogia moderna. Compreender esses objetivos atribuídos ao impresso se faz necessário, a fim de se entender a lógica de organização dos saberes pedagógicos que se buscava prescrever na regulação dos interesses pedagógicos dos professores, e as discussões em torno da Educação Física e dos saberes que lhe davam suporte naquele momento⁵.

Os editores da REES projetaram o impresso no intuito de instaurar um novo paradigma de modernidade pedagógica no Espírito Santo. Os discursos eram veiculados pela revista com temas diferenciados, considerando o que havia de mais moderno no âmbito educacional, capaz de “formar” e ampliar os conhecimentos do professorado aplicados na prática e guiados pelo ideal de desenvolver o alunado de forma integral (física, moral e intelectualmente), como supõe a pedagogia moderna.

5 Ginástica, higienismo, saúde pública, escotismo e bandeirantismo.

Como o impresso é utilizado nesse processo? Conforme Carvalho (2001), para se compreender a história dos impressos periódicos de destinação pedagógica, existem duas possibilidades, uma que analisa a revista como uma *caixa de utensílios* e outra que, marcadamente, pode ser compreendida como uma *biblioteca pedagógica*. O impresso, como *caixa de utensílios*, prevê que o bom professor é aquele que consegue reproduzir os modelos de aulas que a revista faz circular. Conforme Carvalho (2001), este modelo se desenvolveu no Brasil em fins do século XIX até início do XX. Nesse momento, consideravam-se os impressos produzidos nessa perspectiva como uma marca da modernidade pedagógica. Posteriormente, no modelo da *biblioteca pedagógica*, o bom professor é aquele que consegue operar com os conceitos e teorias a que, por meio do periódico, tem acesso. Essa nova investida começa a ganhar espaço a partir da segunda metade da década de 1920. Para a autora, são claros os sinais de que a pedagogia como “arte de ensinar” havia esgotado sua capacidade de balizar a prática docente.

Ao manipular a série do impresso, é possível perceber que a pedagogia no Espírito Santo se encontrava em um momento de transição de saberes, momento esse que é expresso no estado por meio das REES. Ao utilizar a metáfora do impresso como *caixa de utensílios* ou *biblioteca pedagógica*, desenvolvida por Carvalho (2001), verifica-se que a revista oferece tanto uma “pedagogia prática”, com modelos de lições, como uma *caixa de utensílios* que possuía uma lógica de organização do trabalho pedagógico, como matérias que podem ser classificadas dentro da perspectiva da *biblioteca*, que oferecia ao professor teorias pedagógicas para a reflexão do trabalho docente, orientação considerada naquele momento mais científica, pois buscava oferecer elementos teóricos para fundamentar a prática professoral e não apenas a reprodução de práticas consideradas exemplares. Esse movimento fazia parte das mudanças no âmbito da educação, em que o modelo educacional se expressava como *Escola Activa*, para receber outra denominação, a *Escola Nova*⁶. Nesse sentido, a proposição de um dos editores ajuda a entender o embate entre essas duas representações do uso do impresso:

6 De acordo com Carvalho (2001), a *Escola Activa* se caracterizava por um sistema de ensino prático, entendida como “artes de ensinar”, decorrente de uma política de formação docente centrada no favorecimento da observação para a boa imitação de modelos. Já a *Escola Nova* se caracterizava por oferecer fundamentos, subsidiando a prática docente com um repertório de saberes autorizados pelas teorias pedagógicas que os impressos faziam circular.

O professor que não fôr estudioso, que julga a sua competencia pelo diploma que tem em seu poder, está destinado ao mais clamoroso dos fracassos. E, apegado á rotina, incute, nos seus educandos, uma falsa noção de progresso e os infelicitiza para o complexo mecanismo da existencia, em renovação constante. E, ao contrario, o educador que busca em porfiados estudos, aperfeiçoar a sua técnica pedagogica, inspira confiança e promove, pelo seu exemplo, a prosperidade dos seus discipulos em todas as ocasiões (RIBEIRO, 1934a, p. 1).

O professorado capixaba passou a possuir, com a publicação desse periódico, um repertório de cultura pedagógica, podendo atualizar-se e incorporar novos saberes ao seu exercício, já que o impresso lhe oferecia uma gama de modelos a serem seguidos e de discursos sobre os métodos, o que o deixava atualizado sobre o que estava ocorrendo de mais moderno no âmbito educacional⁷, nas discussões ocorridas no Espírito Santo ou em outros estados e países, sobretudo nos Estados Unidos da América, lugar de efervescência dessas novas ideias educacionais⁸.

Para Certeau (1982, p. 56), “[...] a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”. Ao analisar as REES, torna-se necessário ficar atento ao lugar (o Espírito Santo), onde foi produzido o impresso, ao momento (político, social, econômico, cultural), observando quais eram as intenções atribuídas à produção da revista. Se “[...] com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa” (BLOCH, 2001, p. 89), não devemos acreditar em tudo que se escreve, pois é preciso questionar as fontes, produzindo uma leitura que apresente as intencionalidades dos atores e suas *representações* (CHARTIER, 1990). Ao elaborar o conceito de representação, Chartier destaca o modo como a realidade é construída por seus atores, ou seja, aqueles que estão situados nos espaços estratégicos do campo político e educacional.

No Espírito Santo, na década de 1930, estava-se implantando uma nova política educacional, após o movimento revolucionário, quando Getúlio Vargas assume a presidência e nomeia o capitão João Punaro Bley como interventor capixaba. Nesse momento, ocorria a implantação de uma nova política, a de uma ditadura varguista, com medidas nacionalistas. Também se evidenciava a

7 A REES possuía, como leitores principais, os professores capixabas.

8 Dispositivo editorial denominado Pan-americanismo.

preocupação com a entrada do Brasil na fase industrial, e a busca de solução para os graves problemas de saúde pública que ainda assolavam o país. Esse movimento político interferiu e veio implantar uma nova organização no ensino capixaba, visto como a única forma capaz de garantir a felicidade e a superação dos problemas nacionais, pois, como afirmava Ribeiro (1935, p. 16), ao citar Ruy Barbosa, a “[...] educação [seria] a matriz universal da felicidade humana”. Bley e sua equipe (editores) se viram, assim, mergulhados na missão de melhoria da instrução pública.

A REES é apresentada como porta-voz desse movimento, com vários artigos, temas publicados por diferentes autores. Em análise e catalogação dos temas, encontramos ao todo 61 artigos publicados, referentes às temáticas que davam suporte ao ensino da Educação Física e da pedagogia moderna. Observa-se a diversidade de autores que possuíam os mais variados cargos e funções administrativas no cenário capixaba, recebendo somente algumas colaborações de outros estados, como foi o caso de Stella Ferreira Mansur, do Grupo Escolar “D. Pedro II”, de Curitiba, no Paraná; Alberto Sampaio, diretor da Seção de Botânica do Museu Nacional; Francisca Rodrigues, deputada no estado de São Paulo; Paulo Eleutherio, professor do Ginásio Amazonense “Pedro II” de Manaus. Alguns autores não explicitavam sua formação ou atuação, deixando em aberto se ocupavam alguma função importante dentro do cenário capixaba, ou mesmo de outro estado.

Nota-se que os editores também eram os próprios autores, publicando artigos para a REES, como o caso de Claudionor Ribeiro, Arnulpho Mattos e João de Bastos. Até mesmo o governador João Punaro Bley publicou artigo na revista. Muitos artigos não possuíam referências de autores. Esses artigos eram encontrados na parte final de todas as revistas, na seção de *Cooperação e Extensão Cultural*, levando ao entendimento de que eram também escritos pelos próprios editores das REES.

Os artigos não eram os únicos repertórios de informações presentes no interior das revistas. Tomando a REES em sua *materialidade*, de acordo com Samaran (1961 apud LE GOFF, 1990, p. 466), “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, [...] ou de qualquer outra”. Faz-se necessário ficar atento a outros indícios que informem sobre os acontecimentos, não apenas o que está escrito, pois

[...] sem dúvida a [parte] mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram. [...] (LE GOFF, 1990, p. 466).

Portanto, é necessário colocar-se na posição de questionador e crítico, buscando compreender as estratégias editoriais na conformação de uma nova cultura escolar e no posicionamento almejado pelos editores como vozes autorizadas, pois, segundo Le Goff (1990, p. 470), “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

Nas REES, são várias as imagens publicadas dos editores e também de autores da revista, ou protagonistas importantes no cenário político capixaba. Faz-se saber aos leitores quem são, a formação e os vínculos institucionais das pessoas que organizavam a revista.

Percebe-se que os editores da revista exerciam cargos públicos de representatividade social. Notam-se os mais diferenciados cargos: secretário do Interior e Justiça (Fernando Duarte Rabelo, Tenente Wolmar Carneiro da Cunha, Dr. Manoel Clodoaldo Linhares, Dr. Carlos Gomes de Sá), inspetor técnico do Ensino e chefe do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (Claudionor Ribeiro), diretor interno do Departamento do Ensino Público (João Bastos), secretário da Educação e Saúde Pública (Dr. Paulino Muller), diretor do Departamento de Educação (Dr. Arnulpho Mattos).

Conforme Miceli (1979), a maioria das pessoas que passou a exercer a função de editor, naquele período, era autodidata, pois não existia uma formação específica para atender a esse ramo profissional. Esses “profissionais”, como se constatou, exerciam outros tipos de atividades, não necessariamente ligadas à indústria dos impressos.

Ao analisar a presença dos editores, percebe-se que eles se põem na condição de um grupo que autoriza ou não as publicações das matérias na REES, decidindo quem deveria ser conhecido e reconhecido pela comunidade de leitores como apto a discutir as questões educacionais⁹ no cenário capixaba.

9 Incluem-se aqui a Educação Física e os saberes que lhe davam suporte na conformação de sua escolarização.

Por meio desse dispositivo, o(s) editor(es) fala(m) com os leitores, indica(m)-lhes por qual registro as matérias selecionadas deverão ser lidas, interfere(m) no que é publicado ao recortar e adicionar sentidos ao pensamento dos autores, muitas vezes distantes do que foi proposto originalmente nos textos. Enfim, nos editoriais, o(s) editor(es) se capacita(m) como voz autorizada a aproximar os vários assuntos tratados no impresso, ao mesmo tempo em que indica(m) protocolos de leituras para o que foi pelo Conselho Editorial, previamente selecionado, como digno de ser conhecido pelos leitores (SCHNEIDER; SANTOS; FERREIRA NETO, 2005, p. 7).

A REES torna-se, então, instrumento estratégico que os editores utilizaram para que fizessem valer sua voz como força autorizada para intervir nos órgãos educacionais e também como forma de reconhecimento social. Bourdieu (1990, p. 35) informa que “[...] as lutas pelo reconhecimento são um dimensão fundamental da vida social”, e o que “[...] está em jogo [é] a acumulação de uma forma particular de capital” (BOURDIEU, 1990, p. 36). Desse modo, o capital simbólico manifesta-se na possibilidade de “[...] ser conhecido e reconhecido [o que] também significa deter o poder de reconhecer, consagrar, dizer, com sucesso, o que merece ser conhecido e reconhecido” (BOURDIEU, 2001, p. 296).

Esse reconhecimento se faz presente em discursos publicados na própria REES, ao veicularem as notas sobre a revista que eram impressas em periódicos de outros estados.

O dr. Manoel Clodoaldo Linhares, uma das mais tradicionaes figuras da politica do Estado e uma das culturas mais brilhantes da nossa intellectualidade, veio enriquecer, com seu nome illustre, a galeria dos grandes amigos desta Revista (NOTAS..., 1935, p. 92).

Como se expressa o “O Jornal”, do Rio, [...]:

Está sendo editada, em Victoria, esta revista, que conta com um bom corpo redacional.

O numero 12, que nos foi offerecido, traz varios artigos assignados por pessoas de grande responsabilidade em assumptos que se prendem á educação (NOTAS..., 1935, p. 93).

dr. J. Moreira de Souza, [...]:
Sr. Claudionor Ribeiro – Meu saudar.

Tenho o prazer de comunicar-lhe que estou recebendo, regularmente, a “Revista de Educação”, que o seu entusiasmo pedagógico e cívico faz viver, com magno brilhantismo, no Espírito Santo (NOTAS..., 1935, p. 93).

Nota-se, pelos discursos nas correspondências recebidas pelos editores da REES, o reconhecimento tão almejado, que é transformado em capital simbólico para informar aos leitores sobre a abrangência do impresso e a sua aceitação em diferentes setores da sociedade.

A circulação da REES se faz, então, como uma estratégia de circulação de um novo padrão pedagógico para a prática do professorado e, no caso específico, de novas abordagens para o ensino da Educação Física. Porém, pode-se perceber que, mais do que veicular conhecimentos pedagógicos, a REES tenta incutir na mentalidade do leitor capixaba o sistema ideológico da época, já que seus editores também exerciam altos cargos de representatividade, juntamente com o capitão Bley, procurando instalar uma nova política no estado. Desse modo, adotando como referência Certeau (1994), pode-se afirmar que o impresso é utilizado como uma *estratégia* de imposição de novos saberes para o professorado. Os editores, ao assumirem a revista como fala autorizada, usaram-na para implantar o que consideravam a modernidade pedagógica, a fim de aumentar o seu reconhecimento e acúmulo de autoridade perante a sociedade letrada do Espírito Santo.

A REES também possuía representantes autorizados em outras capitais e cidades do país¹⁰. No final de quase todas as revistas, notam-se correspondências que elogiam a iniciativa lançada pelo estado de melhorar seu sistema educacional por meio da REES. Dessa forma, podemos observar a representação que essa revista obteve em outras cidades do país:

10 Não há indícios que nos apontem a quantidade publicada de cada edição da REES, mas sabemos que era vendida aos professores. Para os assinantes anuais, o valor do impresso era de 15\$000, já para os assinantes mensais, o valor correspondia a 8\$000 e 1\$000 para compra avulsa.

Assim diz o *Correio Mineiro*, de Bélo Horizonte, em sua edição de 29 de abril p. findo:

“Revista de Educação”, o util órgão que relevantes serviços prestará, por certo, á causa da instrução no País contem nas suas bem compiladas 62 paginas ótimas colaborações de varios nomes de relevo no magisterio capichaba, e apresenta uma feição grafica esmerada.

Com um corpo de redação numeroso, onde contam varios nomes de prestigio nas letras nacionais e principalmente nos meios educacionais, apresenta o brilhante órgão oficial do “Servico de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Publico” interessantes considerações sobre a marcha do ensino, metodos modernos, e varios outros assuntos de interesse para o professorado (NOTAS..., 1934, p. 59).

Também é possível perceber elogios provenientes de impressos que circulavam na cidade de Vitória no período em evidência, como *A Gazeta* e a *Vida Capichaba*:

A *A Gazeta*, desta capital, comenta:

O nosso meio educativo está de parabens. O aparecimento da “Revista de Educação” que vem preencher uma grande lacuna, entre nós, vale pela certeza de um grande empreendimento intelectual que muito honra a classe dos que se dedicam ao Ensino, em nossa terra [...] (NOTAS..., 1934, p. 59).

São da *Vida Capichaba*, de 30 de abril p. findo, as expressões seguintes:

Temos sobre a mesa, o primeiro numero dessa nossa confreira sob a direção inteligente do dr. Fernando Duarte Rabello e professor Claudionor Ribeiro. Órgão em que se ventilam assuntos que tocam de perto aos interesses gerais, como o da Educação, merece ser bem aceito e lido por todos os que auguram o progresso da nossa terra.

Bem confeccionada, com estilo de revista moderna, merece ter vida longa, para proveito da instrução do nosso Estado, que, neste assunto, já marcha na vanguarda dos seus irmãos da federação brasileira (NOTAS..., 1934, p. 59-60).

A REES estava conectada à configuração política da época, que buscava moldar as representações dos professores e alunos aos padrões prescritos e

impostos pelo estado, já que o capitão Bley, o interventor federal, é referenciado como criador, responsável pela veiculação da REES. Segundo os editores, a educação se desenvolveu no estado “[...] graças ao alto descortino do Capitão João Punaro Bley, que tem sido um timoneiro arguto e habilíssimo, conduzindo a náu do Estado a porto de salvação e prosperidade [...]” (RIBEIRO, 1934b, p. 3). Ele é apontado em discursos da REES como o único homem capaz de instalar a modernidade pedagógica no Espírito Santo. Conforme Lauff (2007, p. 56):

Essas informações demonstram uma tentativa de mostrar que o Governo de Punaro Bley preocupou-se em fazer circular as representações de que sua administração efetivava a melhoria da instrução pública no Espírito Santo, acompanhando o movimento de renovação educacional nacional.

Nota-se também a imagem do presidente Getúlio Vargas levando-nos ao entendimento da estreita ligação estabelecida entre Bley e as propostas de governo varguista. Essa ligação evidencia Vargas como pessoa importante na vida pública do estado e do país. As ações implantadas por Bley eram respaldadas pelas diretrizes do Governo Provisório de Vargas.

A Revista de Educação e suas práticas editoriais: prescrições para a Educação Física

Na REES, a inserção da Educação Física no ambiente escolar é atribuída a função de formar o homem de ação, sadio física e intelectualmente, incutindo valores e responsabilidades, pois o ideal de homem que se quer firmar, a partir de então, depende do desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito. Esse é o momento em que a Educação Física passa a ter considerações mais importantes no campo educacional, pois a ela é atribuída maior importância para a construção da ideia de nacionalidade. A Educação Física, nessa reforma educacional, é introduzida como um meio capaz de incutir a higiene, eugenicizar e moralizar o homem, estando intimamente ligada

à educação sanitária. A Educação Física também é apontada como capaz de obter melhor desenvolvimento intelectual:

Formar corpos sãos e robustos, ao mesmo tempo que desenvolver as faculdades cerebraes, eis o seu objecto.

Para conseguir o equilibrio physiologico e psychologico, a educação deve desde o inicio procurar desenvolver parâlela e racionalmente o cerebro e o corpo, confirmando assim o velho adagio: MENS SANA IN CORPORE SANO. A educação physica, deve pois, marchar ao par da educação intellectual. E' necessario que o corpo seja são e sadio para executar as ordens partidas do cerebro (MIRANDA, 1935, p. 10).

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, que introduziu a obrigatoriedade da Educação Física em todas as classes do ensino, fez-se necessária a formação de professores aptos para ministrá-la. Sentindo essa necessidade, foi criado, em 1931, pelo decreto n. 1.366, de 26 de junho de 1931, no governo de João Punaro Bley, o Departamento de Educação Physica do Espírito Santo, destinado a dar orientação científica à Educação Física da mocidade escolar, resolvendo assim o “[...] problema dos mais relevantes, qual o da formação de uma raça de homens sadios e capazes de realizar as nossas aspirações de grandeza e prosperidade” (BLEY, 1935, p. 6). Conforme apresentado na REES, o Departamento de Educação Física do Espírito Santo parece ter sido uma criação do governador Bley, com sua equipe de governo:

Dois são os iniciadores, no Espírito Santo, dessa obra verdadeiramente patriótica [Departamento de Educação Física] “Pelo Brasil e para o Brasil unido e forte”. Refirimo-nos ao capitão Bley e ao comandante Carlos Marciano de Medeiros, cuja ação, neste sentido, tem sido energica e efficacissima (OS TRABALHOS..., 1934, p. 40).

O Curso de Educação Física do Espírito Santo é considerado o primeiro curso criado no Brasil aberto à especialização para o meio civil. O Espírito Santo passou a ser percebido como uma das regiões mais avançadas em se tratando de cultura física: “Dentro em breve, não seremos mais uma raça de atrofiados e rarefeitos. Seremos sim, no Espírito Santo, um povo digno da enormidade deste Brasil feracissimo” (OS TRABALHOS..., 1934, p. 40).

Nogueira (1936, p. 43) ainda enfatiza: “O Estado do Espírito Santo desenvolve dia a dia a sua educação física, e disso pode-se orgulhar, pois nenhum outro Estado da Federação o ultrapassou em organização pedagógica, com bases científicas”.

A Educação Física estava associada aos cursos de educação sanitária escolar e aos dispositivos denominados serviço médico escolar, bandeirantismo e escotismo, entendidos como práticas essenciais na formação do professorado capixaba, aptos para uma nova prática pedagógica, reconhecida como moderna. No interior da REES, são publicados artigos de autores formados no próprio Departamento de Educação Physica do Espírito Santo, ou que estabeleciam ligação em torno dessas discussões, como Carlos Marciano de Medeiros, diretor do Departamento de Educação Physica, de médicos higienistas, como Mario Bossois, e também de pessoas que exerciam cargos de representatividade no cenário capixaba, no período de intervenção do capitão João Punaro Bley. Nessa estreita ligação, acreditavam fazer parte de um projeto de educação integral. A prática da higienização era considerada como uma ideologia de controle sobre o corpo do indivíduo, tanto no seu aspecto biológico, quanto no seu aspecto social. Para os higienistas, os exercícios físicos deveriam desenvolver a formação e a conservação do corpo saudável. Além disso, a manutenção do corpo saudável aparecia como ideal de melhoramento étnico.

De que modo pode o exercício físico tonificar a fibra moral?

Cultivando a presteza, a decisão, a atitude, a iniciativa, a adaptabilidade, a confiança em si mesmo, o bom humor e uma limpeza de pensamento refletida numa limpeza do corpo (PURINTON apud FREITAS, 1934, p. 10).

Para os editores, um dos objetivos do periódico era educar e modernizar a cultura do Espírito Santo. Assim, na tríade do desenvolvimento moral-físico-intelectual, acreditavam estar a fórmula da potencialização das capacidades humanas desenvolvidas por meio da Educação Física/ginástica nas escolas capixabas.

E bem útil seria agora, nesta época em que começa a surgir no Brasil um espírito novo, que cada brasileiro tomasse a si a tarefa de retemperar a sua fibra moral; que cada brasileiro buscasse, através da educação física, reparar a grande falha do seu traço psicológico que é a falta de vontade e o “horror á responsabilidade” (FREITAS, 1934, p. 12).

A formação estava representada por um triângulo que tinha como foco uma educação integral: física, moral e intelectual. Chegou-se à conclusão de que só pelo bom funcionamento de todos os órgãos, pelo equilíbrio físico e mental é que se poderia conceber uma educação capaz de proporcionar a felicidade humana. Esse era o preponderante papel da Educação Física. Assim, um método de educação deveria satisfazer essas exigências, e o método francês se apresentava com o maior expoente, pois correspondia às descobertas científicas mais recentes, satisfazendo as necessidades sociais e, também, o aperfeiçoamento da raça.

O processo de generalização da Educação Física por todo o Brasil, conforme Horta (1994), foi liderado principalmente pelos militares, que tiveram influência bastante sólida em relação à sua concepção, seus métodos e práticas. Com a organização do Centro Militar de Educação Física, o regulamento de 1932 estabelece o método francês para orientar o ensino da Educação Física: “[...] a orientação e o controle da educação física no país caberia ao exército” (HORTA, 1994, p. 67).

Por solicitação de Bley¹¹, são enviados para Vitória os tenentes Carlos Marciano de Medeiros, Horácio Cândido Gonçalves e Wolmar Carneiro da Cunha, oriundos do Centro Militar de Educação Física do Distrito Federal, para criar, organizar e administrar o Departamento de Educação Física do Espírito Santo. O curso poderia, assim, conforme Lauff (2007), estar propenso à disseminação de uma ideologia militar de formação do futuro soldado. Já dizia Jovita Nogueira, professora de Educação Física, que

A Educação Física evolue mais no meio militar. Os educadores, tendo a compreensão exata de seus deveres, saberão trabalhar conjuntamente com o Centro Militar de Educação Física para o engrandecimento de nosso povo e gloria de nossa Patria (NOGUEIRA, 1936, p. 41).

O fato de encontrarmos artigos na REES, que atribuem aos militares reconhecido papel no processo de generalização da Educação Física por todo o território nacional, não significa a defesa de sua militarização. Os editores da REES questionam a utilização da Educação Física para a formação do futuro soldado:

11 É interessante informar que João Punaro Bley teve toda a sua formação militarista.

É preciso abandonar por completo a errônea e prejudicial “instrução physica” escolar sob a forma de “instrução militar”, que infiltra fatalmente na alma das crianças e nas famílias o espírito anti-humano militarista, que já provocou tanta desgraça na vida da humanidade! Ao contrario desta instrução physica militarizada, é preciso introduzir nas escolas uma nova, idonea e verdadeira *educação physico-esthetica que visa a formação harmoniosa do corpo e da criança e o despertar, na sua alma, da ansia esthetica de belleza, conduzindo-a para a perfeição!* Eis a finalidade da nova educação physica, que é a expressão da sciencia e da arte, da eugenia e da belleza, e não a premissa do militarismo! (A TAREFA..., 1934, p. 43-44, grifo do autor).

Esse embate de ideias pode revelar uma luta de representação pelo que estava sendo, ou poderia ser, a Educação Física. Mas pode-se observar uma unanimidade de discursos em torno da eugenia e do aprimoramento da raça, palavras ditas também pelo interventor Bley (1935, p. 6):

Iniciativa recente e de igual relevancia, que a situação financeira não permitiu fosse desde logo adoptada, o Serviço de Inspeção Medica e Educação Sanitaria Escolar [...] foi inspirado pelos mesmos intuitos que levaram o Governo a aperfeiçoar o ensino da educação physica.

A Educação Física passou a suprir as necessidades voltadas para a saúde, o fortalecimento da raça e, conseqüentemente, a formação de um povo nacionalista e patriótico, não mais para a formação do futuro soldado, como nos informa Nogueira (1934, p. 28):

[...] é necessario que o brasileiro cuide da cultura de seu corpo, ostentando-se bello e sadio, ao sol dos tropicos em holocausto á belleza, mostrando-o ás gerações vindouras como uma estatua de belleza e força.

E chegaremos assim á perfeição racial.

O Brasil contemplará a belleza de seus filhos ao desfilar o pelotão dos atletas. – Homens talhados para a pureza das linhas, homens plasmados para a grandeza dos tempos.

A população brasileira era percebida, até então, como uma população formada por pessoas passivas, com perversões sexuais, com horror à responsabilidade, por indivíduos alcoólicos, loucos, doentes e criminosos.

Essas características teriam nascido ao longo da formação do território brasileiro, uma mescla de negros com indígenas e do colonizador europeu (SCHNEIDER, 2010).

Relacionavam a figura do brasileiro com o Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato em 1918, um homem com aversão ao trabalho e acometido por doenças parasitárias, traços que eram associados ao restante do povo, sobretudo à população rural, assolada “[...] pela doença, decorrente da falta de saneamento, de nutrição e de instrução, mas também fruto do descaso dos governantes” (SCHNEIDER, 2010). Era preciso salvar o Brasil dessa degeneração e colocá-lo no padrão já alcançado por outros países considerados desenvolvidos. Conforme os editores do impresso, o senador paraibano Duarte Lima dizia a mais pura verdade quando afirmava:

O “Jeca”, que aprendeu a soletrar letra redonda e conhece as quatro operações fundamentaes da arithmetica, é um candidato a emprego publico. Sáo na boléa de um caminhão, amaldiçoando a gléba natal, odiando a clássica enxada que cavou a sepultura do pae opilado, e vem para a cidade agravar o problema social (LIMA apud FREITAS, 1937, p. 7).

A criação do Serviço Médico Escolar e do Curso de Educadoras Sanitárias criado pelo decreto n. 4.012, em 22 de agosto de 1933, evidencia as preocupações com a garantia da saúde. A importância dessas organizações se faz presente em discurso proferido por Arthur Meireles (1934, p. 3), pediatra e médico escolar:

[...] será nas escolas – centros formadores da futura nacionalidade – que ela começará logo a distribuir a sua farta mêsse de benefícios, higienizando o meio escolar, dosando exercicios fisicos e o trabalho intelectual de acôrdo com as possibilidades e o desenvolvimento de cada um, afastando provisoria ou definitivamente os portadores de doenças infecciosas para a profilaxia do meio escolar, dando aos pobresinhos [sic] o desvelo de uma assistencia medica e dentaria gratuita e continua, ditando diretrizes, despertando energias, [...] e criando no espirito da cada aluno o valor da consciencia sanitaria [...].

A solução encontrada por Torres, citado por Fraga (1934), para resolver esse grave problema, seria a educação. Busca-se, por meio das escolas, disseminar maior consciência a respeito da saúde. As primeiras instruções

são observadas já no ensino primário – denominado de puericultura – do qual as crianças deveriam sair com as primeiras noções básicas de higiene. Deveriam levar essas informações para seus lares, ultrapassando os muros das escolas. A educação sanitária, desde o primário, corrigiria as imperfeições e os vícios que as crianças pudessem ter. Os alunos deveriam adquirir as primeiras noções sobre doenças contagiosas, que os tornariam conhecedores dos meios para transmitir e eliminar os agravos à saúde.

O ensino da educação sanitária mantinha relação com a Educação Física. A educação sanitária, no ambiente escolar, ensinaria aos alunos a importância da prática da Educação Física, pois esse saber poderia manter o corpo forte e saudável, livre de qualquer doença, atendendo aos anseios do governo de fortalecimento da raça.

A escola também sofreu mudanças no que se refere às normas higiênicas e pedagógicas:

Hoje o seu aspecto é feliz; não só pela construção [da] sua estética, como também pela sua organização higiénica e pedagógica e ainda pela disposição de espírito e melhor compreensão da família, que nela habita. Desde a sua localização em terreno sadio e forte; a sua construção obedecendo á normas higienicas, pedagogicas e arquitetonicas; a disposição do seu material didatico; a iluminação das classes; o numero de salas necessarias, [...], a ventilação das classes [...] (PINHEIRO, 1934, p. 28-29).

Outra iniciativa discutida na REES para a educação capixaba, que veio ao encontro das aspirações do Serviço Médico Escolar e da Educação Sanitária, foram as colônias de férias – organização complementar à escola. De acordo com Ribeiro (1936, p. 13), essas colônias foram destinadas a restituir as energias perdidas durante todo o ano letivo e oferecer completa educação sanitária.

Dois meses de ar puro, alimentação sadia e em horas certas, educação sanitaria, exercicios recreativos, ambiente familiar, moralidade, etc., bastarão, forçosamente, para devolver aos centros urbanos, sêres em formação, em outras condições de saúde. E com que prazer os interessados revêm as creanças que se vão depauperadas, anemicas, nervosas e retornam refeitas, coradas e estampando alegria de viver?

Além disso, as colônias de férias tinham, como finalidade, revigorar a raça, a formação de caráter e de sentimentos sublimes (RIBEIRO, 1936). Essa organização contava ainda com um corpo de educadores: médicos, educadoras sanitárias e educadores físicos (professores de Educação Física).

Os autores e editores da REES apresentam também outras práticas que visavam ao desenvolvimento de um projeto de uma educação integral. Os movimentos escotismo e bandeirantismo são bastante enfatizados na Revista e são apresentados como prática social capaz de desenvolver o caráter e o corpo. O escotismo já vinha sendo adotado em algumas escolas brasileiras como complemento para o que denominavam de educação integral. Sua proposta é o desenvolvimento do jovem, favorecendo a formação de valores morais, físicos e intelectuais, um exemplo de responsabilidade, de respeito e de disciplina.

O bandeirantismo tinha a mesma finalidade e organização do escotismo, só que era direcionado às moças. No Espírito Santo, é fundada uma escola de preparação de chefes e instrutoras de bandeirantismo. Poderiam matricular-se professoras, senhoras e senhoritas, satisfazendo as condições exigidas para as orientações do bandeirantismo. É instituída também a Federação Espírito-Santense de Bandeirantes Escolares, à qual poderiam filiar-se as associações que fossem criadas no estado.

O bandeirantismo forma o caráter das moças. Desenvolve-lhes o espírito de família e de civismo. Faz, de cada mulher, um modelo de paciência, de bondade, de nobres aptidões e útil a si mesma e à coletividade. Forma a mulher perfeita, capaz, dignificadora do lar, por meio de práticas morais, trabalhos úteis, excursões, jogos e exercícios. Habilitaria a mulher para as ocupações domésticas e para ter confiança nela mesma (VITÓRIA..., 1934, p. 36).

Pelo que se pode perceber, a REES deve ser considerada como uma peça estratégica de intervenção instalada no governo Bley, servindo também de veículo de propaganda dos feitos do novo governo. A criação do Departamento de Educação Física, o Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, o bandeirantismo e o escotismo escolar faziam parte das iniciativas do governo a fim de instaurar a modernidade pedagógica no Espírito Santo, produzindo uma escola nova para um homem novo.

Considerações finais

O papel dos editores deve ser colocado em evidência na construção de uma história cultural dos saberes escolares, já que eles selecionam os temas que devem ser *publicizados* para o leitor. Os editores buscaram, assim, uma forma de reconhecimento, ao assumirem um lugar de autoridade com voz autorizada para falar dos novos princípios da educação, acumulando o capital simbólico, tão almejado por eles. Aptos a trazer essa discussão para o Espírito Santo, modernizam seu sistema de ensino, o que inclui as novas perspectivas em torno da Educação Física.

Para Carvalho (2001, p. 138), “[...] determinar as estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que produziram e fizeram circular um impresso é condição necessária, mas não suficiente, para dar conta dos seus usos”. Ainda há muito que se discutir no campo editorial na constituição de uma nova cultura pedagógica e na conformação da Educação Física como disciplina escolar,

[...] uma vez que ele [o editor] não ocupa a linha de frente, mas posiciona-se nos bastidores, articulando, censurando e tomando decisões sobre o que ou a quem dar maior evidência e quais temáticas devem ser privilegiadas ao ser projetada a edição de um periódico (SCHNEIDER; SANTOS; FERREIRA NETO, 2005, p. 9).

Entender um objeto em sua materialidade implica ainda direcionar o olhar para as práticas e para os seus usos.

Como a REES foi criada para divulgação dos modernos métodos contemporâneos de ensino ao professorado capixaba, a Educação Física era apresentada como indispensável no processo de formação dos alunos. Ela era significada nas escolas capixabas como parte de um projeto sanitário, de desenvolvimento físico e intelectual, da disciplina, da moral e do caráter, além da saúde e higiene. Nesse momento, ao brasileiro eram associados alguns traços negativos, que o representavam como melancólico, com perversões sexuais, com horror à responsabilidade, o que dificultava o desenvolvimento da nação. Acreditavam ser possível, por meio da educação, modificar essas representações. Para tanto, há um grande investimento na Educação Física e na educação sanitária. A leitura desse movimento evidencia a estreita ligação entre educação e saúde, numa ênfase cada vez maior à Educação Física para o fortalecimento da raça. Essa foi uma das justificativas para

a criação do Departamento de Educação Física. Para os editores, um dos objetivos do periódico era educar e modernizar a cultura do Espírito Santo. Assim, na tríade do desenvolvimento moral-físico-intelectual, acreditavam estar a fórmula da potencialização das capacidades humanas, desenvolvidas por meio da Educação Física/ginástica nas escolas capixabas.

Referências

A TAREFA da nova educação physica. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 6, p. 43-44, set. 1934.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BLEY, J. P. Ensino publico. *Revista de Educação*, Vitória, v. 2, n. 14, p. 5-10, maio 1935.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, M. M. C. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. *Tópicas em história da educação*. São Paulo: EdUSP, 2001. p. 137-167.

_____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. Fazer com: usos e táticas. In: _____. *A invenção do cotidiano*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 91-110.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França - 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15-17.

FRAGA, C. Educadoras sanitárias. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 3, p. 39-40, jun. 1934.

FREITAS, N. A educação física como fonte de moral (1). *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 10-13, maio 1934.

FREITAS, O. R. A política da ruralização. *Revista de Educação*, Vitória, v. 4, n. 30 e 31, p. 6-8, jun./jul. 1937.

GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LAUFF, R. F. *Útil e agradável: a Revista de Educação (1934-1937) remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo*. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MEIRELES, A. O serviço medico escolar em face da educação e da saude. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 2-7, maio 1934.

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MIRANDA, A. Ligeiras apreciações sobre a educação physica da mulher. *Revista de Educação*, Vitória, v. 2, n. 12, p. 10-15, mar. 1935.

NOGUEIRA, J. Ligeiros comentários sobre a higiene e a educação física no Brasil. *Revista de Educação*, Vitória, v. 3, n. 25-26-27-28, p. 38-44, set./out./nov./dez. 1936.

NOGUEIRA, M. A. A educação physica como factor de progresso. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 9, p. 16-28, dez. 1934.

NOTAS e informações. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 57-60, maio 1934.

_____. *Revista de Educação*, Vitória, v. 2, n. 14, p. 92-93, maio 1935.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPED*, Belo Horizonte, n. 5, p. 7-64, set. 1993.

OS TRABALHOS de fim de curso da inspetoria de educação física. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 40-41, maio 1934.

PINHEIRO, E. G. Curso de educação sanitária escolar. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 3, p. 28-31, jun. 1934.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 43-94.

RIBEIRO, C. Aos professores. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 1, maio 1934a.

_____. Breve relato do problema pedagógico no E. Santo. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 3-5, abr. 1934b.

RIBEIRO, M. B. As colonias de férias e o serviço medico escolar no Espírito Santo. *Revista de Educação*, Vitória, v. 3, n. 25-26-27-28, p. 13-19, set./out./ nov./ dez. 1936.

RIBEIRO, O. Como o methodo francês satisfaz as exigências da educação physica. *Revista de Educação*, Vitória, v. 2, n. 12, p. 16-21, mar. 1935.

SCHNEIDER, O. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do segundo império*. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *Educação physica: a arqueologia de um impresso*. Vitória: Edufes, 2010.

SCHNEIDER, O.; SANTOS, W.; FERREIRA NETO, A. Autores, atores e editores: os periódicos como dispositivos de conformação do campo científico/pedagógico da educação física. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE E I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14., 2005, Porto Alegre. *Educação física e ciências do esporte: ciências para a vida...* Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciencias do Esporte, 2005. v. 1.

VITÓRIA e o movimento bandeirante. *Revista de Educação*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 36-38, maio 1934.

Endereço para correspondência:

Omar Schneider

Universidade Federal do Espírito Santo

Rua Arthur Czartoryski 455 Loja 1

CP 9905, AGF UNIVERSITÁRIA

Vitória - ES

CEP: 29060-974

E-mail: omarvix@gmail.com

Marcela Bruschi

Universidade Federal do Espírito Santo

Rua Romualdo Martins, 27

Alto Lage

Cariacica – ES

CEP: 29151-060

E-mail: niba_bruschi@hotmail.com

Wagner dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo

Rua Carlos Eduardo Monteiro de Lemos, 261, apto. 104

Jardim da Penha

Vitória – ES

CEP 29062-160

E-mail: wagnercefd@gmail.com

Amarílio Ferreira Neto

Universidade Federal do Espírito Santo

Rua Aldomário Soares Pinto, 135/303, Edifício Gabriela

Bairro Jabour

Vitória – ES

CEP 29070-265

E-mail: amariliovix@gmail.com

Recebido em: 30 ago. 2012

Aprovado em: 17 dez. 2012